

## Introdução

Nascido em Florença – Itália – no ano de 1469, Maquiavel foi um pensador extremamente influenciado pelo contexto de sua época. Sua filosofia política foi elaborada durante o Renascimento, em que a Itália, ainda não unificada, sofre de intensa instabilidade. Os pequenos Estados italianos eram constantemente alterados, devido a uma deficiência da própria organização das cidades-Estados. Essa deficiência é caracterizada pela ausência de um monopólio absoluto dos meios de coerção legítima e pela inexistência de uma soberania absoluta sobre um Estado contínuo e delimitado por fronteiras.

No mesmo período, observa-se no cenário europeu a transição da Idade Média para a Modernidade (do feudalismo para o capitalismo), cujas conseqüências influenciaram diretamente o pensamento maquiaveliano no que diz respeito à defesa do Estado Moderno. Será nesse panorama que se configurará nos tempos de Maquiavel um novo conceito de ordem, não mais uma ordem estática estabelecida a partir de hierarquia prefixada, mas a ordem mundana das relações sociais, construída pelo homem e projeto do Estado. A fim de impor essa ordem, Maquiavel sugere a criação de um principado na Itália, sendo representado por um governo forte, que crie e coloque seus instrumentos de poder para inibir a vitalidade das forças desagregadoras e centrífugas. Dessa forma, em sua obra principal “*O Príncipe*”, Maquiavel aconselha os príncipes sobre como manterem seus governos da maneira mais eficiente possível. Essa eficiência é a ciência política de Maquiavel que prima pela estabilidade, pela ordem e pela manutenção do poder/força.

Além disso, a obra “*O Príncipe*” é interpretada como uma tentativa de retorno à vida política por parte de Maquiavel. É possível inferir que o florentino, ao dedicar “*O Príncipe*” aos Médici (os responsáveis pelo governo de Florença no período), desejava conquistar a simpatia dos mesmos e se restabelecer na política. Os governantes, no entanto, por considerá-lo republicano não o aceitam de volta no cenário político.

Com a queda dos Médici e a restauração da república, Maquiavel acreditava que finalmente conseguiria atingir seu objetivo. Os republicanos, contudo, julgaram-no adepto da tirania e, por conseguinte, acabaram por findar as esperanças do pensador. Maquiavel, assim, dá-se por vencido e em 1527, desgostoso, adoece e morre.

Maquiavel, no entanto, não foi considerado tirano apenas pelos republicanos, até hoje sua obra é identificada como um manual de técnicas instrumentais do despotismo. O autor foi abstraído do seu contexto histórico e criou-se dele a imagem de um talentoso oportunista político. Dessa interpretação moral do autor, origina-se o termo “maquiavelismo”, que caracteriza pessoas cínicas, ardilosas, traiçoeiras, que, para atingir fins inconfessáveis, usam da mentira e má-fé.

Entretanto, o florentino não era tirano tampouco defensor da tirania. Sua filosofia pretendia ser científica, isto é, não dava lugar ao sentimento ou compaixão e muito menos para a moralidade.

O objetivo desse trabalho é justamente desvencilhar da imagem de Maquiavel dessa interpretação preconceituosa. Através da abordagem dos conceitos maquiavelianos de *natureza humana, virtù e fortuna, ética e política* e *do político*, tentará ser demonstrada a teoria política de Maquiavel sob uma perspectiva mais realista e objetiva.

## A natureza humana em Maquiavel

Um dos aspectos analisados por Maquiavel, em seu livro “*O Príncipe*”, é o da natureza humana com suas implicações no que tange ao Estado real, ao exercício do poder, e ao modo como deve um príncipe agir frente a seus súditos.

Maquiavel, assim como os antigos, acredita que a natureza do homem é imutável, ou seja, é sempre, e em toda parte, a mesma. Porém, com uma diferença substancial em relação ao pensamento desses primeiros: os homens são naturalmente perversos, egoístas e, incapazes de viver em associação, se entregues à própria sorte. A respeito disso descreve Maquiavel: “Dos homens, em realidade, pode-se dizer genericamente que eles são ingratos, volúveis, fementidos e dissimulados, fugidios quando há perigo, e cobiçosos” (Maquiavel, *O Príncipe*; pág. 95).

Aristóteles, por exemplo, considera o homem um “animal político”, que só consegue se estabelecer enquanto ser humano quando vive em sociedade. Nesse sentido, Maquiavel tem pressuposto completamente diferente do estagirita: os homens não têm propensão para a vida política e, como foi mencionado, nem para viverem associados. Uma vez que não há uma força que os regulasse, esses viveriam em um individualismo radical, defendendo cada um seus próprios interesses. Isso pode ser embasado pela seguinte citação de Maquiavel: “... os homens afinal atentam contra os outros homens ou por ódio ou por medo” (Maquiavel, *O Príncipe*; pág. 45). Este ponto, por sua vez, é amplamente defendido por Hobbes, que instituiu a célebre frase: “o homem é o lobo do próprio homem”. Além disso, há um dado relevante que não pode ser esquecido, os homens sempre dominaram outros homens, seja na política ou na própria instituição familiar, o que se liga à sua condição inerente de maldade.

A partir da constatação de que os homens são naturalmente maus, Maquiavel argumenta que só a instauração de um Estado unificado pode organizar a vida social, impedindo a divergência de interesses e o individualismo radical, o qual poderia ser desenvolvido por indivíduos que vivessem dissociados. Além disso, o fato de a natureza humana ser má constitui aspecto fundamental para a elaboração da teoria do poder de Maquiavel. Nesta, o florentino afirma que o bom governante deve partir do pressuposto de que os homens são maus e, a partir desta suposição, instituir sua política. Este ato em si

legítima os poderes e os atos de um príncipe, ou seja, o governante poderá agir conforme as necessidades, independente do meio a ser utilizado para a satisfação das mesmas. Segue-se uma passagem - relacionada ao mencionado acima - do livro “*O Príncipe*”: “a natureza dos povos é mutável, se é fácil persuadi-los de algo, é difícil perpetuá-los nesta persuasão. Eis a razão da conveniência em instaurar-se uma ordem tal que, ao serem estes povos tomados pela descrença, possa-se fazê-los *crer* à força” (Maquiavel, *O Príncipe*; pág. 32 e 33).

Maquiavel considera, no que concerne ao governo de um príncipe e à natureza humana, que este deve assegurar e ainda abster-se das propriedades e da vida dos indivíduos, já que esses são os desejos mais universais dos homens. Sobre isso Maquiavel faz uma cínica observação: “E, se ainda precisar atentar contra o sangue de alguém, deverá fazê-lo com uma decorosa justificação e com uma razão manifesta. Mas, sobretudo, deverá ele abster-se dos bens de outrem, visto que os homens não tardam tanto a esquecer a morte de um pai quanto à perda de um patrimônio” (Maquiavel, *O Príncipe*; pág. 96). Este aspecto político de Maquiavel transformou-se, posteriormente, na filosofia política de Hobbes.

Percebe-se, dessa forma, com a leitura do livro “*O Príncipe*”, que por trás de quase tudo que Maquiavel escreveu, na obra citada, encontramos a presunção de que a natureza humana é essencialmente egoísta e que os motivos reais sobre os quais o governante deve apoiar-se são também egoístas e semelhantes ao desejo de segurança da massa e ao de poder dos governantes.

### **Maquiavel : virtù e fortuna**

A concepção de “*virtù*” e “*fortuna*” foi debatida e adotada não somente por Maquiavel, mas era de igual interesse dos filósofos políticos e daqueles pertencentes ao humanismo cívico. A pretexto de melhor esclarecimento dessa afirmação, serão citados alguns exemplos referentes a diferentes concepções de *fortuna*. Conforme Aristóteles, a fortuna é um caso particular do azar. É o azar aplicado aos seres capazes de escolher, e não a todos os seres; e que a fortuna favorável era diferente da felicidade. Já para Cícero, um pensador político romano, a “fortuna” é uma força capaz de ajudar os homens, mas também de destruí-los. A imagem fria do azar é transformada pela idéia de uma força volúvel e caprichosa, que escolhe seus prediletos e seus inimigos. O responsável, porém, pela difusão

do conceito humanístico da “fortuna” foi Boécio, que acabou por sistematizar suas experiências através da luta entre a “fortuna” e a “virtù”, na qual não há “virtù” que não desperte a força contraditória da “fortuna”<sup>1</sup>.

Diferentemente desses pensadores do período da Antigüidade, Maquiavel emprega os termos “*fortuna*” e “*virtù*” com o intuito de interpretar o sucesso e o insucesso das ações humanas. Para tal, toma como referência à trajetória política de César Bórgia.

Conforme Maquiavel, César Bórgia, chamado pelo povo Duque Valentino, adquiriu o Estado com a fortuna do pai e sem esta o perdeu, não obstante houvesse feito tudo quanto devia fazer um homem prudente e valoroso a fim de que criasse raízes nos Estados que as armas e a fortuna de outrem lhe haviam concedido. “(...) Eu [Maquiavel] não saberia regras melhores para oferecer a um príncipe novo do que o exemplo das ações do duque” (*O Príncipe, capítulo VII*). César Bórgia foi um exemplo de príncipe, para Maquiavel, porque concentrou os extremos da “*fortuna*” e da “*virtù*”.

Na concepção maquiaveliana, *virtù* traduziria à capacidade do ator político (o príncipe) de agir da maneira adequada no momento adequado. Ademais, o príncipe que possui *virtù* não é aquele que é somente bom, mas é também aquele que se utiliza corretamente dos vícios e da força, sem que os governados/súditos saibam, para se manter no poder ou para salvar o Estado. Um bom príncipe deveria agir conforme as necessidades ou conforme a situação. Esse conceito de *virtù*, no entanto, se difere dos conceitos de virtudes cristãs e da prudência de Aristóteles, que pregavam para o governante uma bondade angelical alcançada pela libertação das tentações terrenas, ou ainda, uma prudência-ética que tinha como finalidade última de todas as ações a busca pela felicidade. A idéia de Maquiavel sobre *virtù* estaria relacionada com a política, não podendo ser confundida com a religião ou com a ética.

O exemplo de César Bórgia utilizado por Maquiavel tinha justamente o pretexto de comprovar a teoria do florentino, em que o conceito de *virtù* não mais agrega o total emprego da boa educação, e que a execução de boas ações nem sempre é acompanhado de nobres sentimentos. Daí Maquiavel dizer: “aquele que quiser subverter os antigos sistemas, que quiser se mostrar magnânimo ou liberal, conquistar o respeito dos reis e dos grandes,

---

<sup>1</sup> Reprodução de trechos explicativos do livro *Maquiavel Republicano*, de Newton Bignotto, a fim de conceber um embasamento à explicação sobre os conceitos de *Virtù* e *fortuna* presentes na obra *O Príncipe* de Maquiavel.

repto que não encontrarás melhores exemplos que nas ações do duque” (*O Príncipe, capítulo VII.*). Entretanto, ao tomar César Bórgia, um personagem cruel e ambíguo, como modelo a ser seguido, Maquiavel acarretou para si adjetivações depreciativas como traiçoeiro, imoral e enganador<sup>2</sup>. Isso porque durante a época na qual viveu o florentino, admitia-se como modelo-padrão o do príncipe bom e caridoso, capaz de agir sempre de maneira ética. Diferentemente do que pensavam alguns indivíduos da época, Maquiavel, porém, pregava que os príncipes que possuíam *virtù* eram aqueles portadores do poder, de estratégia, de cálculo, capazes de se prevenir contra as armadilhas da *fortuna*, e isso não necessariamente mostrava que os príncipes deveriam agir sempre maliciosamente ou de forma imoral.

A leitura da obra “*O Príncipe*” deixa explícito que, para Maquiavel, o uso da *virtù* será o meio através do qual o príncipe alcançará o sucesso na manutenção do poder. Nota-se, dessa forma, que a preocupação principal do secretário florentino é a manutenção do poder, sendo o bem-estar do Estado de importância secundária. Esse pensamento político maquiaveliano encontra aplicações no mundo contemporâneo, tendo em Hitler, Stalin e Sadam Hussein seus exemplos mais notórios. Esses personagens dão provas da obstinação maquiaveliana de alcance e conservação do poder; suas ações (ou melhor, suas atrocidades) traduzem, na íntegra, o objetivo único desses indivíduos que será refletido nessa obstinação proposta por Maquiavel.

Uma outra concepção maquiaveliana que guiará as ações políticas é a idéia de *fortuna*. Maquiavel começa por comparar a *fortuna* a um “rio impetuoso que, quando se encoleriza, (...) tudo foge diante dele, tudo cede ao seu ímpeto, (...) e quando volta a calma, os homens podem fazer reparos e barragens, de modo que, em outra cheia, aquele rio correrá por um canal e o seu ímpeto não será tão livre nem tão danoso” (*O Príncipe, capítulo XXV*). Uma forma de se combater a violência da fortuna é utilizando-se da *virtù*, que é representada através das ações do homem de fazer reparos e construir barragens.

Além disso, Maquiavel afirmará que a *fortuna* controla metade das ações humanas, porém a outra metade é controlada pelo próprio homem, ser dotado de livre arbítrio, que poderá desenvolver a *virtú* ou utilizar, de maneira adequada, a *fortuna* para se manter no poder. Contudo, para o florentino, o príncipe não deve somente se apoiar na *fortuna* para

---

<sup>2</sup> Pode-se dizer que foi a partir deste momento que surgiu o adjetivo pejorativo “maquiavélico”.

obter sucesso, dado que ela é inconstante e imprevisível, podendo em um dado momento, promover sua glória assim como pode, pouco depois, ocasionar sua ruína. Maquiavel afirmará que o príncipe deve mudar de política conforme as circunstâncias, ou ainda, “julgo feliz aquele que combina o seu modo de proceder com as particularidades dos tempos, e infeliz o que faz discordar dos tempos a sua maneira de proceder” (*O Príncipe, capítulo XXV*). Com isso, pode-se inferir que o príncipe deve agir conforme a maleabilidade do mundo e a mutação do tempo, a fim de que a *fortuna* o beneficie sempre.

Maquiavel faz uso de uma outra comparação com o objetivo de caracterizar a *fortuna*. Para ele, a *fortuna* é “mulher, e como tal, para dominá-la, é preciso bater-lhe e contrariá-la” (*O Príncipe, capítulo XXV*). Por isso ela se rende mais facilmente aos jovens, pois eles, por serem mais corajosos e audaciosos, encontram menos resistência para dominá-la. Os jovens demonstram serem possuidores de *virtù*.

Em sua obra, *O Príncipe*, Maquiavel menciona resumidamente a história do papa Júlio II, com o intuito de exemplificar a existência da *fortuna*. Esse personagem, mesmo agindo sempre impetuosamente sobre todas as coisas, conseguiu alcançar êxito, pois encontrou conformidade, com o seu modo de agir, das coisas e do tempo; a *fortuna* estava a seu favor. Nota-se, no entanto, que se este mesmo personagem continuasse a agir da mesma maneira, e se esta maneira não estivesse mais harmonizada nem com o tempo nem com as coisas, depararia com a sua ruína.

A *fortuna* pode assumir significados (conotações) diferentes (ora é como uma mulher, ora é como um rio), porém o significado de *virtù* é sempre o mesmo e, de acordo com Newton Bignotto, em sua interpretação da obra “*O Príncipe*”, “ela designa a capacidade de estar presente no mundo, de saber apreender a ocasião, de saber se modificar, de saber agir contra toda tradição. Num certo sentido, ela não pode ser definida, porque se cria a si própria em seus combates com a ‘fortuna’, e, assim, deve incorporar a mutabilidade que a desafia” (*Newton Bignotto, Maquiavel Republicano, pg. 150*).

Assim, percebe-se que Maquiavel, ao conceituar e adotar as noções de *virtù* e *fortuna*, fê-lo com o propósito de mostrar a realidade da Itália de sua época, em que os príncipes, por não serem possuidores da *virtù* necessária, sucumbiram diante das armadilhas da *fortuna*.

## Ética e política em Maquiavel

Maquiavel, muitas vezes, é criticado por ter afirmado que o governante pode fazer tudo o que for necessário para atingir o poder e para conservá-lo – “*os fins justificam os meios*”. Segundo essa leitura corrente de sua obra, o poder seria um fim em si mesmo, que não dependeria de nada além do desejo de conquistá-lo e da habilidade em mantê-lo para se legitimar. Essa maneira de ler sua obra, que perdura até hoje, constitui a crítica antimachiavelismo – derivada de uma interpretação errônea – que nunca deixou de acompanhar a difusão de seus escritos.

Com devida interpretação, Maquiavel é apresentado como fundador de uma ciência política objetiva, o primeiro a elaborar a técnica da tomada, do exercício e da conservação de qualquer poder. O florentino inicia uma maneira realista de pensar a política, que se tornará sua marca registrada na história do pensamento político moderno. Entretanto, ele não foi o primeiro a pensar a política de maneira realista. Aristóteles, por exemplo, já sabia perfeitamente que algumas questões deviam ser tratadas diretamente e não por meio de subterfúgios. Desde a Antiguidade considerava-se que as duas disciplinas – a ética e a política – deveriam ser estudadas juntas. Dessa maneira Aristóteles, apesar de distinguir uma da outra, acreditava que ambas constituíam um campo de questões que guardavam profunda relação entre si.

A questão para Maquiavel é justamente saber como o governante pode e deve agir; saber se o governante pode atuar sempre em conformidade com os princípios éticos cristãos aceitos em seu período e esperar assim atingir seus objetivos, ou se deve aprender a seguir outros caminhos – não atrelados a moral, quando confrontado com situações difíceis. Inclusive, ele não aconselha aos governantes a desrespeitar as regras aceitas por mera escolha. Ao contrário, afirma que devem se comportar de acordo com elas sempre que possível. O príncipe que não faz uso da moral em momento algum terminaria por se arruinar da mesma maneira que o príncipe que se agarra a este preceito. Maquiavel não defende a falta de moral, mas faz alerta quanto à importância de saber o momento certo de utilizá-la e o momento de abrir mão dela na decisão política.

O florentino quer saber se a ética é suficiente para nos apontar como agir na política nas mais variadas situações, e com essa intenção apresenta o exemplo de Savonarola, que

era segundo ele um homem de fé verdadeira e devotado aos valores cristãos, mas que foi levado por sua forma de agir ao desastre – a fogueira. Segundo Maquiavel, todos os que se esquecerem da maneira como os homens agem em geral para se apegarem à forma como deveriam agir encontraram um fim semelhante ao de Savonarola, a ruína.

Mas como já foi dito, Maquiavel não exclui a moral de todas as esferas da vida humana, ele não ataca o problema da ética diretamente, apenas não concorda com a idéia de que a política deve se submeter à ética, pois, para o florentino as duas esferas não se pertencem necessariamente – a política possui uma autonomia; além de que sua preocupação é com o exercício do poder. O poder em sua obra “*O Príncipe*” é um fim em si próprio. Seu exercício não se pauta por normas morais que indicasse previamente qual a melhor conduta para o governante, pois, as ações só podem ser medidas pelo seu resultado, já que é a manutenção ou não da ordem, da estabilidade e do poder no Estado que indica sua capacidade de governar.

Assim, com Maquiavel a política atinge a maioria e é deixada de ser pensada a partir da ética e da religião. Neste sentido, Maquiavel representa uma dupla ruptura: com os clássicos da antiguidade greco-romana e com os valores cristãos medievais. A política deixa de ser pensada apenas no contexto da filosofia e se constitui enquanto um campo de estudo independente, com regras e dinâmica livres de considerações privadas, morais, filosóficas ou religiosas. A política deve se preocupar com as coisas como são, em toda sua crueza, e não com as coisas como deveriam ser, com todo o moralismo que lhe é subjacente.

O florentino nos ensina que, no mundo da política, a escolha entre vícios e virtudes se revela mais complexa do que quando levamos em consideração apenas nosso próprio comportamento individual. A preferência por ser temido e não amado, por exemplo, não é uma questão de pura e simples preferência pela violência, mas sim porque acreditando estar evitando agir de forma violenta, o governante pode estar na verdade criando uma necessidade ainda maior do uso da violência no futuro – ele estaria postergando a cura de uma doença que comprometeria cada vez mais a saúde. “Um governo fraco pode ser muito mais nocivo do que um governo forte, se não souber administrar o uso da força”.

Na concepção de Maquiavel a natureza humana não permite a vida em sociedade, sendo a política o meio, a ferramenta, para se alcançar às condições necessárias para a

constituição do poder que possibilitará a vida em sociedade. A natureza humana não permite acreditar que o príncipe possa ser bom e exercer o poder num mundo onde os homens também não são bons – não são guiados pela moral. Maquiavel afirma que uma postura moral do príncipe o arruinaria, já que ele tornar-se-ia presa fácil dos que atuassem sem a moral; e a ruína do príncipe significa a ruína da ordem, da estabilidade e do poder necessários para a existência da vida em sociedade. Por isso, para o florentino, o príncipe não deve medir esforços nem hesitar, mesmo que diante da crueldade ou da trapaça, se o que estiver em jogo for a integridade nacional e o bem do seu povo.

Essa maneira de ver o mundo dos homens levou Maquiavel a concluir que, se não podemos ser virtuosos o tempo todo, também não podemos deixar transparecer a idéia de que somos viciosos. Se um príncipe não pode ter todas as qualidades, como a prudência, a fé verdadeira na religião, a bondade e etc, deve ao menos cuidar para que seus súditos acreditem que ele as possui. Dessa maneira ao fingir virtudes que não possui, mas “saem da sua boca com naturalidade”, se beneficia o governante que encontrará muitos súditos dispostos a defendê-lo quando for atacado por seus inimigos. Ainda em relação a este ponto, Maquiavel adverte ao perigo da ação/atitude oposta e argumenta que as ações humanas produzem resultados, conferem poder a alguns e o retiram de outros; e que através delas, interesses são satisfeitos e outros, contrariados. Portanto, querer enganar a todos o tempo todo seria um jogo perigoso, que acabaria descontentando um número excessivo de pessoas, as quais não deixariam de aproveitar a primeira oportunidade para destruir o poder do governante que as oprime e ilude.

Além dos já citados, Maquiavel ainda argumenta as seguintes máximas/pensamentos relacionados a ética e política: “*julga-se só consoante os resultados*” – o sucesso político legitima a ação, a ação é boa ou ruim no sentido de conseguir ou não atingir seus fins; “*não se governa sem crime*” – deve-se fazer o necessário para conservar o domínio e isso fatalmente, em algum momento, exigirá uma atitude imoral e até criminosa; “*para defender a pátria, todos os meios são bons*” – trata de deliberar sobre a salvação do príncipe/do Estado, que não deve deixar-se prender com qualquer consideração de justiça ou injustiça, de humanidade ou de crueldade, de vergonha ou de glória; “*o caso de Romiro d’Arco*” – deve-se assumir as boas obras e rejeitar a autoria das más, “*o caso de Agátoclo de Siracusa*” – não se pode atribuir nem à fortuna

nem á virtude o que um homem fez sem uma e sem outra; “*o principio da boa e da má crueldade*” – quando se deve atuar de forma cruel no intuito de prevenir a precisão de crueldade maior no futuro, o bom príncipe é aquele que está treinado para fazer o mal quando necessário; “*ser e parecer*” – a respeito, como já foi dito, das virtudes que se possui e das que se deve aparentar possuir; “*da palavra dada*” – um príncipe prudente não deve ser fiel à palavra quando isso prejudica e quando já não existem as ocasiões que o obrigaram a prometer qualquer coisa; “*dividir para reinar não é uma boa máxima*” – afirma que pelos menos no caso em que a Itália se encontrava era preciso um governo forte e centralizado para governar, além de instruir como se deve utilizar-se com cuidado das facções rivais para manter o poder sobre uma cidade e as conseqüências disso; e por fim, “contra as conspirações” – que alerta para o perigo e a força das conspirações.

### **O político para Maquiavel**

Além de Maquiavel, vários pensadores já discorreram a respeito de um político ideal. Para Platão, o governante da Polis deveria ser um filósofo, o qual possuía um conhecimento extraordinário e, por isso, seria responsável por decidir o que é justo e melhor para os cidadãos. A população em geral estava presa ao mundo das opiniões e, por conseguinte, não conhecia a verdade absoluta. Assim, a cada um cabia fazer a sua atividade e o rei-filósofo era aquele que mantinha a harmonia da comunidade grega.

Aristóteles foi outro que também idealizou o governante. No entanto, segundo o estagirita, o político é um homem que possui como virtude o conhecimento das ciências práticas. O governante não deve se limitar a agir conforme a uma verdade universal, todavia é imprescindível que este considere as circunstâncias e opte pelo meio termo em suas ações.

O político ideal para Maquiavel diferencia-se extremamente do bom governante dos antigos. De acordo com o florentino, o político não é necessariamente um homem culto ou que age de acordo com o meio termo, porém deve ser atento a quatro aspectos já tratados neste trabalho, os quais são: natureza humana, virtù, fortuna e ética. Isto é, o bom príncipe deve levar em consideração a natureza dos homens para perceber que o mundo o qual lhe

permeia é conflituoso, deve desvincular a ética da política, quando for necessário, e utilizar a virtù para evitar o acaso e fortuna e, assim, manter-se no poder.

Quanto ao aspecto da natureza humana, é preciso que o príncipe observe que esta é imutável e que os homens são naturalmente “ingratos, volúveis, simuladores, covardes e ávidos de lucro” (*O Príncipe, capítulo XVII*). Embora Maquiavel não seja historicista, a imutabilidade da natureza humana confere à história um papel importante. Ou seja, pelo fato do ser humano moderno não apresentar diferenças substantivas do homem da Antiguidade, por exemplo, é possível inferir que a partir da análise de trajetórias políticas do passado, os mesmos erros não serão cometidos pelos novos governantes. Além disso, com a consciência de que os homens são perversos, os príncipes devem ser preparar para serem solitários. Assim, estes não devem confiar nos seus súditos e sempre que possível é necessário que cooptem o maior número de pessoas, o povo.

Os aspectos virtù e fortuna precisam ser considerados pelo governante, uma vez que o objetivo deste é único, manter o poder. Preocupado com a manutenção deste, o bom príncipe não se resume em um tirano, o qual justifica suas ações de acordo com um direito divino, não é meramente um absolutista. Um dos grandes trunfos do pensador florentino foi ter percebido que o uso indiscriminado da força conduz à própria instabilidade.

Com relação à ética, é imprescindível que o governante saiba que não deve necessariamente segui-la, a opção por uma ação vinculada à ética ou não depende do contexto. No entanto, é importante que o governo pareça apresentar valores, pois isso, fará com que a população o estime.

Além dos aspectos tratados, o bom príncipe preocupa-se com o conflito de interesses entre dominados e dominantes. De acordo com Maquiavel, “o povo não deseja ser dominado nem oprimido pelos grandes”, entretanto “os grandes querem dominar e oprimir o povo” (*O Príncipe, capítulo IX*). É evidente que essa não é uma perspectiva de antagonismos de classe marxista, a qual é mais complexa, no entanto é possível inferir que Maquiavel além de estar preocupado com a relação que existe entre o governo e a sociedade, está atento também às relações entre os grupos sociais que podem prejudicar a ordem.

Posteriormente à caracterização do bom príncipe, é interessante que este pode ser exemplificado. Para Maquiavel, o exemplo de um bom governante é César Borgia. Neste

trabalho, optou-se por tentar enxergar a imagem desse político maquiaveliano em Getúlio Vargas. Essa escolha justifica-se pelo fato deste ser contemporâneo e ser conhecido como uma “raposa política”. É importante deixar claro que será feita apenas uma comparação superficial entre Getúlio Vargas e o bom príncipe maquiaveliano.

Em muitos aspectos, Vargas pode ser associado como um governante que nada se assemelha com o político de Maquiavel, a exemplo disso é o paternalismo daquele. No entanto, há pelos menos dois fatores que fazem de Getúlio Vargas um bom político na concepção de Maquiavel os quais são: a aparência em detrimento da essência e a cooptação popular.

De acordo com Marilena Castilho, em seu artigo *Poder político e imagem: um breve estudo da representação do poder na Era Vargas*<sup>3</sup>, o Departamento de Propaganda e Imprensa (DIP), criado por Getúlio Vargas, pode ser associado com a questão da aparência proposta por Maquiavel.

O pensador florentino afirma que é desejável que o príncipe seja bondoso, liberal, franco, humanitário, corajoso, casto, sério e religioso. Não entanto, como isso não é possível, pois se o governante apresentar todas essas características provavelmente perderá o poder, Maquiavel afirma que é necessário que o governante, pelo menos, aparente todas essas características. (*O Príncipe, capítulo XVIII*).

Partilhando da mesma idéia de que governar é fazer crer, é possível dizer que Vargas considerava a prática política importante, mas mais importante do que esta era fazer a opinião pública acreditar que se governava para o povo e suas aspirações. A propaganda política de Vargas a qual valorizava sentimentos, emoções e paixões e desprezava a razão e a consciência crítica procurava, como a aparência do político maquiaveliano, garantir a adesão do povo e a perpetuação do poder nas mãos do governante. De acordo com artigo já mencionado, o mito que envolvia a figura de Vargas, o qual o apresentava ora como um homem simples ora como extraordinário líder, fortaleceu seu poder, seu carisma e reforçou sua liderança.

A serviço do Departamento de Imprensa e propaganda estavam a “Hora do Brasil”, o “Cinejornal Brasileiro” e a Agência Nacional, as quais além de serem responsáveis por difundir uma imagem de Vargas, também exerciam um controle dos meios de comunicação

---

<sup>3</sup> Artigo extraído da Internet. ([http://www.unitoledo.br/intertemas/vol\\_1/5%20MarilenaCASTILHO.htm](http://www.unitoledo.br/intertemas/vol_1/5%20MarilenaCASTILHO.htm))

em geral, proibindo a publicação de qualquer notícia que pudesse prejudicar Vargas, e conseqüentemente, seu poder.

Assim, Vargas foi considerado o “Pai dos pobres” sem colocar em prioridade a causa destes. Como um bom político maquiaveliano, construiu sua própria imagem, convenceu o povo de sua preocupação com a ética e com um novo Brasil em que a classe operária finalmente era valorizada.

Outro aspecto similar entre Getúlio e o político de Maquiavel é cooptação do povo. Para Maquiavel, aquele que se torna príncipe pelo favor do povo ou apoiado pelos nobres deve manter a amizade dos primeiros. O príncipe pode ganhar a simpatia do povo, segundo o florentino, de diversas formas, de acordo com as circunstâncias e sem leis estabelecidas para tal. (*O Príncipe, capítulo IX*).

Vargas, da mesma forma, preocupou-se com o ganho da simpatia do povo. Ao derrubar o governo de Washington Luís, menos de um mês depois da vitória do movimento revolucionário, Vargas criou o Ministério do Trabalho, indicando a disposição do Governo Provisório de alterar os rumos da política trabalhista, previdenciária e sindical até então adotada pelos governos da Primeira República. É evidente que Vargas não fez isso por ser um homem generoso, sabia das crises econômicas no país, das greves e manifestações contra a fome e do crescimento do movimento sindical. A simpatia que Vargas conseguiu devido às leis trabalhistas e até mesmo pela concessão do sufrágio feminino, foi buscada pelo fato do povo representar neste período uma ameaça à ordem vigente. Aqui como um bom político maquiavelino, além de usar o povo para manter o poder é possível inferir que Vargas antecipa-se à própria fortuna ao impedir que o povo, realmente, faça uma revolução proletária. Assim, a Revolução de 1930, pode ser entendida como um processo que ocorreu para que a ordem da República Velha pudesse ser mantida pelo menos em alguns aspectos. Ao fazer apenas reformas, e satisfazer o povo em alguns aspectos, Vargas acalma os ânimos populares e faz com que o povo se iluda com relação aos seus verdadeiros propósitos. Dessa forma, como um bom príncipe, Getúlio Vargas, para manter seu poder frente ao cenário de instabilidade de 1930, faz uso da sua capacidade de conquistar o povo.

Observa-se então que as reflexões de Maquiavel sobre o bom príncipe são até hoje extremamente relevantes, pois, ainda, os governos primam por estabilidade, preocupam-se

com o uso da força adequada e, principalmente, são homens que procuram manter a aparência através da propaganda política.

## Conclusão

Maquiavel em sua obra “*O Príncipe*” quebrou paradigmas antigos e medievais e introduziu, em detrimento a estes, novos conceitos. A exemplo disso, o florentino deu uma nova conotação à natureza humana. Apesar de considerá-la imutável, como os antigos, o florentino defendia que o homem era um ser naturalmente perverso, e que por isso teria dificuldades para se associar. Dessa forma, a história tem um papel fundamental para Maquiavel, já que a partir dela é possível conhecer mais sobre os homens. Em contraste com o método hipotético - dedutivo utilizado pelos antigos e pelos contratualistas, Maquiavel emprega em suas análises o método histórico - comparativo.

Na Antiguidade, ética e política eram consideradas como duas disciplinas que possuíam relação profunda entre si - para alguns elas até se confundiam. A questão de Maquiavel, porém, é justamente a de saber se o governante pode agir sempre em conformidade com princípios éticos cristãos, aceitos em seu tempo, e esperar atingir seus objetivos, ou se deve aprender a seguir outros caminhos, quando confrontado com situações difíceis.

Maquiavel, discutindo o conceito de *fortuna*, inova, ao afirmar que este remete meramente ao acaso, ou seja, desvincula esta idéia da concepção divina. O mesmo ocorre com o conceito de *virtù*, no qual fica-se determinado que o bom príncipe deverá se adequar às circunstâncias, a fim de alcançar o sucesso.

Agregado ao conceito de *virtù* e *fortuna*, desenvolveu-se também um novo conceito de poder que defende o uso coerente da força. Assim, o príncipe possuidor de *virtù* saberá se precaver contra as armadilhas da *fortuna* e também utilizar o poder adequadamente para se manter no governo.

É possível perceber que Maquiavel, pretendendo dar lições aos governantes, ensinou também ao povo. A contribuição do florentino para o mundo é imensa. Sua obra entrou para sempre não só na história, como na vida cotidiana atual, já que é aplicável a todos os tempos.

## **Bibliografia**

Maquiavel (O Príncipe)

BIGNOTTO, Newton. Maquiavel Republicano

CASTILHOX, Marilena. Poder político e imagem: uma breve representação do poder na Era Vargas. ([http://www.unitoledo.br/intertemas/vol\\_1/5%20MarilenaCASTILHO.htm](http://www.unitoledo.br/intertemas/vol_1/5%20MarilenaCASTILHO.htm))

WEFFORT, Francisco. Os clássicos da política